



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

Termo de Contratualização de Serviços de Saúde nº 46/2023

Processo nº 00012.015011/2021-98

CONTRATO FIRMADO ENTRE O ESTADO DO PIAUÍ REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ (SESAPI) E CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO LTDA (LAC - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE SUS.

O Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.553.564/0001-38, doravante denominada simplesmente **SESAPI**, situada na Avenida Pedro Freitas, s/n, bloco A, Centro Administrativo, em Teresina – PI, neste ato representado pelo Secretário de Estado da Saúde, **Sr. ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS**, brasileiro, casado, contador, matemático, portador do RG Nº 1424698 SSP/PI, inscrito no CPF sob o nº 057.220.698-41; e de outro **CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 04.530.725/0001-42, localizado na Rua Antônio Lopes, nº 389, Bairro Centro, Simões – PI, CEP 64.585-000, fones (89) 99456 – 1505, endereço eletrônico: lacsimoelab@gmail.com, neste ato representado por **CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO**, brasileira, casada, farmacêutica, RG nº 98010048406 SSP-CE, CPF 024.373.154-03, doravante denominado **LAC - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, CNES 3511995**, habilitado pela comissão especial de credenciamento instituída pela Portaria SESAPI/GAB Nº 0170/2021, de 26/02/2021, tendo em vista a Contratação Direta por **Inexigibilidade de Licitação** constante no Processo Administrativo nº 00012.015011/2021-98.900.1.017455/13-08 e Parecer nº 129/2020/FP/PLC/GAB/PGE-PI e o que mais consta dos citados autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Constituição Federal, art. 199, § 1º; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 15.093/2013, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, regendo-se a contratação pelo fixado nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo discriminado no Preâmbulo deste Contrato, incluído o Termo de Referência constante nos autos, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, projetos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. O presente contrato tem por objeto integrar o/a **LAC - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS** no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral a saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes, para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com o Termo de Referência – **TR1 – SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA**, para usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, do Piauí, nos termos e condições a seguir estabelecidas e conforme modelo de declaração contida no Anexo III do Edital

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO CONTRATO

3.1. Os serviços ocorrerão a partir da assinatura do contrato, correndo por conta da credenciada todas as despesas pertinentes, tais como seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

3.2. A credenciada deverá prestar os serviços especializados na área, com prazo de vigência até de 12 meses após assinatura do contrato;

3.3. Os serviços serão fornecidos através do atendimento direto ao usuário SUS, conforme demanda regulada;

3.4. A prestação do serviço será enviada até o **5º dia útil** do mês subsequente, em mídia e assinada pelo diretor do Estabelecimento, à Diretoria de Unidade de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria – DUCARA para processamento e envio do Banco de dados ao Ministério da Saúde (MS/DATASUS) e Relatório de Créditos ao Fundo Estadual de Saúde para posterior pagamento da produção aprovada no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA REGULAÇÃO

4.1. A CONTRATADA se compromete a disponibilizar aos usuários do SUS todos os seus serviços constantes neste Contrato conforme as normas de regulação definidas pela CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor mensal do presente Termo de Contrato é R\$ 6.246,77 (seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), perfazendo o montante anual de R\$ 74.961,24 (setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

5.2. No valor em questão estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A SESAPI repassará mensalmente pelos serviços, apresentados e aprovados, e efetivamente regulados, os valores conforme Tabela SUS em vigor, editada pelo Ministério da Saúde.

6.2. O repasse do pagamento será realizado no prazo máximo de até no prazo de 10 (dez) dias úteis após o envio do processamento ao Fundo Estadual de Saúde – FES.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES

7.1. O reajuste dos valores contratados será na mesma proporção em que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS.

7.2. O presente Contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto, que não pode ser modificado.

7.2.1. Qualquer solicitação de alteração da CONTRATADA referente ao fornecimento de serviços ofertados e disponibilização no sistema de regulação HYDRA deve ser feita com antecedência de 30 (trinta) dias.

7.2.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no presente Contrato, de acordo com o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSO

8.1. Os recursos do presente contrato oneram recursos do FES, consoante as seguintes informações: Fonte de Recurso: Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC).

SUBGRUPO DE PROCEDIMENTOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
0202 DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	6.246,77	74.961,24
TOTAL	6.246,77	74.961,24

8.2. Os procedimentos referentes ao subgrupo de procedimentos 0202, listados na Tabela do item 8.1., os quais o contratado está habilitado a realizar, estão relacionados na Tabela a seguir, consoante capacidade e oferta de procedimentos disponibilizada pelo contratado, e podem ser consultados no sítio eletrônico do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (datasus.gov.br).

0202	DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO				
CÓDIGO	PROCEDIMENTOS	QTD MENSAL	VALOR UNIT R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	100	1,85	185,00	2.220,00
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	53	1,85	98,05	1.176,60
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	37	3,51	129,87	1.558,44
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	37	3,51	129,87	1.558,44
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDEOS	52	3,51	182,52	2.190,24
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	12	1,85	22,20	266,40
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	24	1,85	44,40	532,80
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	31	1,85	57,35	688,20
02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	22	2,01	44,22	530,64
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	22	2,01	44,22	530,64
02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	4	2,01	8,04	96,48
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CÁLCIO	5	1,85	9,25	111,00
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	2	2,01	4,02	48,24
02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA	22	7,86	172,92	2.075,04
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SÓDIO	5	1,85	9,25	111,00
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTÁSSIO	5	1,85	9,25	111,00
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	5	15,59	77,95	935,40
02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TEF	2	1,85	3,70	44,40
02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	4	3,51	14,04	168,48
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	2	4,12	8,24	98,88
02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE (GGT)	2	3,51	7,02	84,24
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	100	4,11	411,00	4.932,00
02.02.02.015-0	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE	6	2,73	16,38	196,56
02.02.03.007-5	DETERMINAÇÃO DO FATOR REUMATÓIDE (LATEX)	2	2,83	5,66	67,92
02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA (ASLO)	2	2,83	5,66	67,92

02.02.03.020-2	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA (PCR)	10	2,83	28,30	339,60
02.02.03.117-9	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE (VDRL)	43	2,83	121,69	1.460,28
02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	10	16,42	164,20	1.970,40
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI HIV + HIV2	40	10,00	400,00	4.800,00
02.02.03.076.8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	39	16,97	644,86	7.738,32
02.02.03.087-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	39	18,55	723,45	8.681,40
02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	8	17,16	137,28	1.647,36
02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	8	17,16	137,28	1.647,36
02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE (HBSAG)	30	18,55	556,50	6.678,00
02.02.03.016-4	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E IGE	5	9,25	46,25	555,00
02.02.03.074-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVÍRUS	23	11,00	253,00	3.036,00
02.02.03.085-7	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVÍRUS	23	11,61	267,03	3.204,36
02.02.04.012-7	PESQUISA DE OVOS DE CISTOS DE PARASITAS	25	1,65	41,25	495,00
02.02.05.001-7	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTOS DA URINA	90	3,70	333,00	3.996,00
02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROPINA CORIÔNICA HUMANA (BHCG)	4	7,85	31,40	376,80
02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	5	8,71	43,55	522,60
02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4L)	20	11,60	232,00	2.784,00
02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE (FSH)	3	7,89	23,67	284,04
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	24	8,96	215,04	2.580,48
02.02.06.030-6	DOSAGEM DE PROLACTINA	2	10,15	20,30	243,60
02.02.06.029-2	DOSAGEM DE PROGESTERONA	2	10,22	20,44	245,28
02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	2	10,17	20,34	244,08
02.02.12.002-3	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	18	1,37	24,66	295,92
02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH	18	1,37	24,66	295,92
02.02.12.009-0	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (COOMBS IND)	2	2,73	5,46	65,52
VALOR TOTAL				6.215,69	74.588,28

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa constante do presente Contrato correrá por conta da dotação orçamentária seguinte:

Órgão Orçamentário	17
Unidade Orçamentária	101
Função	10
Sub-Função	302
Programa	01
Ação (Proj/Ativ/Op.Esp)	2394
Natureza da Despesa	339039
Fonte de Recurso	600

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

10.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

10.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos dados constantes do CNES, relativos ao potencial de produção de procedimentos dos serviços contratados, tomando as medidas cabíveis quando forem constatadas irregularidades no referido cadastro, identificadas em vistorias técnicas promovidas pela DUCARA.

10.4. Promover a auditoria, o controle e a avaliação dos serviços, com o objetivo de promover seu perfeito cumprimento, sob os aspectos de estrutura, de processos técnicos e de atendimento aos usuários, seja do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

10.5. Aplicar à contratada as penalidades cabíveis na forma da Lei.

10.6. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do objeto deste termo de referência e dos padrões técnicos das autoridades responsáveis pela regulamentação das atividades de prestação de serviços no âmbito da saúde, como também os serviços apresentados que contenham indícios ou tenham sido constatados como não realizados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Manter o cadastro dos usuários, assim como os prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços.

11.2. O compromisso da contratada de apresentar, na periodicidade ajustada, relatórios de atendimento e outros documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados.

11.3. Deverão estar com as informações atualizadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, cujos dados deverão corresponder, fielmente, à estrutura, aos equipamentos e ao pessoal disponível.

11.4. Os estabelecimentos contratados serão submetidos a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Estadual de Controle e Avaliação de Serviços de Saúde do SUS do Estado do Piauí, instituído pela DUCARA.

11.5. Os serviços contratados deverão se submeter à política de Regulação Estadual.

- 11.6. O contratado deverá fornecer ao usuário ou responsável, no ato do atendimento, documento com a discriminação do(s) serviço(s) prestado(s) e a informação sobre a gratuidade do(s) mesmo(s).
- 11.7. Obrigação de apresentação de relatórios de atividades sempre que solicitados pelo gestor.
- 11.8. Os serviços contratados deverão garantir aos trabalhadores vínculo empregatício que assegure todos os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.
- 11.9. Será garantido o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.
- 11.10. Os serviços contratados deverão garantir aos usuários do SUS: redução das filas e do tempo de espera para atendimento; acesso com atendimento acolhedor e resolutivo, baseado em critérios de risco; nome dos profissionais que cuidam de sua saúde e que são responsáveis por eles; acesso às informações; presença de acompanhante; bem como os demais direitos dos usuários do SUS.
- 11.11. Em conformidade com o art. 26, §2º, da Lei 8.080/90, os serviços contratados serão submetidos às normas emanadas pelo SUS.
- 11.12. As instituições interessadas deverão disponibilizar aos setores correspondentes da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí, quando solicitadas, informações necessárias para elaboração de diagnósticos regionais, análise de perfil epidemiológico da população atendida, avaliações qualitativas do atendimento e acompanhamento da programação pactuada integrada.
- 11.13. Garantir a continuidade da execução de todos os serviços durante a vigência do contrato.
- 11.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de credenciamento, conforme o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 12.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses da data da sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, na Imprensa Oficial, que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 12.2. Por se tratar de serviços continuados, o Contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante fundada justificativa, em requerimento ao Secretário de Estado da Saúde do Piauí, que conforme natureza da justificativa autorizará ou não a prorrogação.
- 12.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e do contrato administrativo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3. O representante da Administração, o fiscal do contrato, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 87 e 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.
- 14.2. O presente contrato poderá ser rescindido com o consequente descredenciamento perante o SUS, unilateralmente pela SESAPI, quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições em especial:
- pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora de critérios definidos pela SESAPI;
 - pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e auditoria pelos órgãos competentes da SESAPI ou do Ministério da Saúde;
 - pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- 14.3. Pelo descumprimento total (ausência na prestação superior a 50%) ou parcial (ausência na prestação superior a 25%) do Contrato, garantida a prévia defesa, a Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- Advertência, em caso de atraso em até 5 (cinco) dias;
 - Multa, no percentual de 1% (um por cento) do valor total contratado, em caso de atraso de mais de 5 (cinco) dias;
 - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso e reincidência em relação às faltas cometidas, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" desta Cláusula;
 - Em caso de atraso superior ao 5º dia útil do mês subsequente para a entrega da prestação dos serviços (ambulatorial), implicará na suspensão dos recursos financeiros referente à competência vigente, até que seja regularizada a informação.
 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI, por prazo não superior a 2 (dois) anos, inclusive em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração. Será declarada suspensa de contratar com a Administração nos casos previstos nos subitens seguintes, em caso de culpa;
 - Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, nos casos:
 - Declarar-se-á inidôneo o contratado que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando, a juízo da Administração, falta grave, revestida de dolo.

II - Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

III - Declarar-se-á inidôneo o contratado que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

IV - Declarar-se-á inidôneo o contratado que demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3.1. As penalidades cominadas nas alíneas “a”, “c” e “e”, supra, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquela prevista na alínea “b” do mesmo item.

14.4. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, e quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.5. Para aplicação das penalidades previstas acima será garantida defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis no caso de advertência, multa e suspensão, e de 10 (dez) dias contados da abertura de vistas no caso de idoneidade.

14.6. A CONTRATADA comprometer-se-á a reparar e/ou ressarcir o erário, após relatório conclusivo fundamentado, emitido pela Auditoria/DUCARA em caso de inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor, bem como deste instrumento jurídico e devidamente homologado pelo Secretário Estadual de Saúde.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1. São encargos dos partícipes:

I - Do Estabelecimento de Saúde (CONTRATADA): cumprir todas as metas e condições definidas pela SESAPI.

II - Da SESAPI:

a) Transferir os recursos previstos neste contrato;

b) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;

c) Estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde; e

d) Analisar os relatórios elaborados pela CONTRATADA comparando os resultados alcançados com os recursos financeiros repassados.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. O presente contrato poderá ser rescindido consensualmente entre as partes ou unilateralmente pela SESAPI com o consequente descredenciamento pelo SUS, quando ocorrer descumprimento de suas cláusulas ou condições especiais:

a) A inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, em conformidade com o Artigo 77, da Lei 8.666/93;

b) O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

c) O cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

d) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade na prestação do SERVIÇO no prazo estipulado;

e) O atraso injustificado no fornecimento do SERVIÇO, que importe em prejuízo da CONTRATADA superior a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado;

f) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização da CONTRATANTE.

g) O desatendimento das determinações regulares da comissão fiscalizadora, assim como de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, superior a 3 (três) vezes, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para o acompanhamento e fiscalização deste contrato;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

l) A supressão, por parte da CONTRATANTE, do fornecimento dos produtos, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;

m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) A ocorrência de “caso fortuito” ou “força maior”, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

o) Descumprimento do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

17.1. O(A) CONTRATADO(A) obrigar-se-á a fornecer à CONTRATANTE os dados de exames, históricos de pacientes e outras informações que lhe seja solicitada sobre o objeto deste Contrato correlacionadas através de arquivos eletrônicos para serem integrados a Sistemas de Informação indicados formalmente pela Secretaria Estadual de Saúde.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo serão levadas ao Conselho Estadual de Saúde - CES.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A SESAPI providenciará a publicação do extrato do presente contrato na imprensa oficial no prazo da lei.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir questões acerca da execução do presente contrato que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

(assinado eletronicamente)

ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS
Secretário de Estado da Saúde do Piauí
Contratante

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO
LAC - Laboratório de Análises Clínicas
Contratado(a)



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO, Administradora**, em 11/09/2023, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 10/10/2023, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8778366** e o código CRC **4FEAB8A9**.

13 de Fevereiro de 2023, representado pelo Presidente Cristiano Gomes de Paula, Marcelo Augusto Maia – Eng. (1º membro), Marcelo Christian Santos Silva – Eng. (1º suplente) e Lana Giomara dos Santos Figueredo (2º suplente); Após análise dos documentos da HABILITAÇÃO, deliberaram : **EMPRESAS HABILITADAS:** MP ENGENHARIA LTDA CNPJ nº 23.559.275/0001-65, J R S CONSTRUÇÕES, CNPJ 08.974.524/0001-95, T R DE SOUZA NETO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 50.568.585.0001-19 . **JOSÉ HUDSON FERREIRA BARROS JUNIOR – EIRELE – CNPJ 27.5454.925/0001-74.** As empresas **INABILITADAS – VITÓRIA LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO , CNPJ 35.135.052/0001-50** por deixar de apresentar o Atestado de Capacidade Técnica Operacional sem a devida autenticação (pag. 46) exigida nos termos do edital, item 8.2 do edital. P L ENGENHARIA LTDA, CNPJ 43.153.115/0001-29, por deixar de apresentar o Atestado de Capacidade Técnica Operacional sem a devida autenticação (pag. 24 e 26) exigida nos termos do edital, item 8.2 do edital. A COSTA DE ALMEIDA EIRELI , CNPJ 40.453.708/0001-12, por deixar de apresentar a Qualificação Econômica – Financeira da Empresa com o Balanço Patrimonial divergente, uma vez não integrou o Capital Social Integralizado sem a averbação da Alteração 01 da empresa em 5/12/2022 (pag . 10) ao respectivo Balanço (pag. 51), conforme item 8.3.4.1 do edital . JW CONSTRUÇÕES CNPJ 08.672.027/0001-32 por deixar de apresentar a Declaração que a empresa não é gerida , administrada , ou possui responsável técnico servidor publico da ativa ou Commissionado do Estado do Piauí. (item 8.3.5.3) , apresentando somente declaração vinculada a ente de nível municipal , (Ultima Pagina , uma vez que a numeração automática gerida pela empresa não confere com quantidade de fls da DOCUMENTAÇÃO – HABILITAÇÃO . VEGAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS INTEGRADOS , CNPJ 04.686.175/0001-55, por deixar de comprovar a Capacidade Técnico Operacional da profissional por meio da CAT N 1920230000155 (pag. 53) n a quantidade mínima exigida de 48,00 m de meio fio de concreto e 223,20 m2., conforme item 8.3.3.3. do edital. CARPLAN ENGENHARIA LTDA, CNPJ 42.286.630/0001-14, Deixou de atender a Qualificação Econômica financeiro por apresentar o balanço econômico financeiro-financeiro sem o Termo de Abertura, e Termo de Encerramento e ainda por suprimir a escrituração referente ao período de abril a maio de 2022. E ainda por deixar de apresentar a assinatura nos cálculos dos índice de boa situação financeira (pag 59) ferindo assim o item 8.3.4.1.4 do edital. PROGRESSO CONSTRUTORA E EMPREEENDIMENTOS, CNPJ 47.075.962/0001-73, por deixar de comprovar a Capacidade Técnico Profissional do quantitativo mínimo de pavimentação em paralelepípedo, e meio fio de concreto , ART. 1920230000428, (pags. 31,32 e 33) ferindo assim o item 8.3.3.3 do edital. ALPHACON CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 28.028.243/0001-57, por ter apresentado pedido de desistência em 28/09/23, anexo aos autos, tendo como motivo não ter mais interesse em executar o respectivo serviço Sendo acatado por esta CPL/SEDRAMER com fundamento no art. 43, § 6º da Lei 8.666/93 anexa aos autos. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação e/ou publicação do resultado, para que aqueles que se sentindo prejudicados em seus direitos, interponham recursos administrativos na forma prazo previstos no Edital

Cristiano Gomes de Paula
Presidente CPL/SEDRAMER

MEMBROS/SERVIDORES

Marcelo Christian Santos Silva – Eng (1º suplente)

Marcelo Augusto Maia – Eng. Diretor Técnico

Lana Giomara dos Santos Figueredo (2º suplente)

REF.21473

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ - SESAPI-PI

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 46/2023

Processo SEI	00012.015011/2021-98
Nº Automático SIAFE	22006372
Modalidade	Inexigibilidade de Licitação
Fundamentação Legal	Lei Nº 8.666/1993
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde do Piauí
CNPJ do Contratante	06.553.564/0001-38
Contratado	CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO LTDA (LAC - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS)
CNPJ do Contratado	04.530.725/0001-42
Objeto	O presente termo de contratualização tem por objeto a integrar o/a LAC - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual está inserida e previamente definido entre as partes para prestação de serviços ambulatoriais de acordo com os Termos de Referência – TR1 – APOIO DIAGNÓSTICO EM PATOLOGIA CLÍNICA, para usuários do SUS, do Piauí.
Vigência	12 (doze) meses, da data de sua assinatura.
Valor do Contrato	Valor mensal: R\$ 6.246,77 (seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos) Valor anual: R\$ 74.961,24 (setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos)
Ação Orçamentária	2394
Natureza da Despesa	339039
Fonte de Recurso	600
Nota Reserva	2023NR02311
Reserva Orçamentária	2023RO04121
Data da Assinatura	10.10.2023
Signatários	Pela contratante: ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS – Secretário de Estado da Saúde do Piauí; Pelo contratado: CLÁUDIA ALEXANDRA DOS REIS RIBEIRO

REF.21474

SECRETARIA DA IRRIGAÇÃO E INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SEFIR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2023	
Nº do processo SEI	00224.000506/2022-16
Nº Automático de Contrato no SIAFE-PI	23002470
Modalidade de licitação	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 - CPL
Fundamento legal	LEI 8.666/93
Contratante	SECRETARIA DA IRRIGAÇÃO E INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SEFIR
Codificação da UG no SIAFE	560101
Contratado	CONSTRUTORA ORIGINAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ do Contratado	44.765.248/0001-19
Resumo do objeto do contrato	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI.